



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
25º REUNIÃO ORDINÁRIA
28 DE AGOSTO DE 2012

MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

01–PROJETO DE LEI nº 415/12 MENSAGEM Nº 043/12

Autor: Poder Executivo

Revoga as Leis nºs. 13.971/2002 e 14.999/2006, que tratam de benefícios fiscais para empresas.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 13.971 - 26 de Dezembro de 2002 - Súmula: *Dispõe que os estabelecimentos, portadores de autorização emitida pela Secretaria da Fazenda especificamente para importar mercadorias através da Estação Aduaneira Interior de Maringá, passam a receber o tratamento tributário que especifica, em relação ao ICMS.*

Lei 14.999 - 26 de Janeiro de 2006 - Súmula: *Faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13.971/02.*

02–PROJETO DE LEI nº 421/12 MENSAGEM Nº 046/12

Autor: Poder Executivo

Inclui os Dispositivos que Especifica na Lei Nº 17.142/2012, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 17142 - 04 de Maio de 2012 - Súmula: *Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.*

Art. 1º. *A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do [art. 148 da Constituição do Estado do Paraná](#).*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

03–PROJETO DE LEI nº 420/12 MENSAGEM Nº 047/12

Autor: Poder Executivo

Altera o Parágrafo único do Artigo 1º da Lei Estadual nº 10.976/1994.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 10.976 - 27 de Dezembro de 1994 - Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, o imóvel que especifica, localizado naquele Município.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o Município de Piraí do Sul o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquele município, constituindo-se do lote de terreno "A", com área total de 92.050.40 m² ou 3.80 alqueires ou 9.20 hectares com as seguintes metragens e confrontações:

Parágrafo único. O terreno de que trata este artigo, destina-se unicamente à construção de unidades habitacionais populares.

04–PROJETO DE LEI nº 434/12 MENSAGEM Nº 048/12

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

05–PROJETO DE LEI nº 435/12 MENSAGEM Nº 049/12

Autor: Poder Executivo

Altera o Artigo 3º da Lei nº 17.152/2012 (imóvel).

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 17152 - 09 de Maio de 2012 - Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, à Associação de Deficientes Físicos do Paraná – ADFP, do imóvel que especifica.

...

Art. 3º. A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

06–PROJETO DE LEI nº 422/12

Autor: Tribunal de Contas

Acrescenta o inciso XVI ao artigo 103 da Lei Complementar nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei Complementar 113 - 15 de Dezembro de 2005 - Súmula: Dispõe sobre a "Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná".

Art. 103. *Constituem-se receitas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:*

PROJETO DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

07–PROJETO DE LEI nº 428/12

Autor: Tribunal de Justiça

Cria cargos de provimento efetivo na estrutura funcional da parte permanente do quadro de pessoal da secretaria do Tribunal de Justiça.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

08–PROJETO DE LEI nº 429/12

Autor: Tribunal de Justiça

Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Bandeirantes, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 14.277 - 30 de Dezembro de 2003 - Súmula: Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

09–PROJETO DE LEI nº 430/12

Autor: Tribunal de Justiça

Cria 3 (três) Varas Criminais, alterando a lei estadual nº 14.277/2003.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR.

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 14.277 - 30 de Dezembro de 2003 - Súmula: *Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.*

10–PROJETO DE LEI nº 431/12

Autor: Tribunal de Justiça

Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Piraquara, da Comarca de Região Metropolitana de Curitiba, Alterando a Lei Nº 14.277, de 30 de Dezembro De 2003.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 14.277 - 30 de Dezembro de 2003 - Súmula: *Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.*

PROJETO DE AUTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11–PROJETO DE LEI nº 132/12

Autor: Procuradoria Geral de Justiça

Altera e acrescenta dispositivos, que especifica, à lei complementar nº 85/99 - Lei Orgânica e estatuto do Ministério Público do Estado - com vistas a autorizar a dispensa do comparecimento a parte do expediente, até o limite de 50 % do seu período integral, sem prejuízo do subsídio, à procuradora ou promotora de justiça que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa com deficiência.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURTI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM ULTIMA DISCUSSÃO

12–PROJETO DE LEI nº 327/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Proíbe o ingresso e permanência no interior de boates, cinemas, teatros, clubes, estádios e estabelecimentos assemelhados, de qualquer pessoa portando qualquer tipo de arma.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

13–PROJETO DE LEI nº 401/12

Autor: Dep. Douglas Fabricio

Institui, no Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Campo Mourão.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

14–PROJETO DE LEI nº 402/12

Autor: Dep. Prof. Lemos

Institui a Região Metropolitana de Cascavel.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

15–PROJETO DE LEI nº 374/12

Autor: Dep. Adelino Ribeiro

Inclui a disciplina de Educação Financeira, no currículo do Ensino Médio.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

16–PROJETO DE LEI nº 352/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Institui lições de primeiros socorros na Rede Pública de ensino do Estado do Paraná e dá outras providências.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

17–PROJETO DE LEI nº 385/12

Autor: Dep. Douglas Fabricio

Altera o Caput do Art. 1º da Lei 14.087, de 11 de Setembro de 2003, que instituiu o Programa Luz Fraterna no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 14087 - 11 de Setembro de 2003 - Súmula: *Institui o Programa "LUZ FRATERNA", conforme especifica.*

Art. 1º. *Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos Programas Sociais do Governo Federal relacionados no art. 2º desta lei, ou cadastrados no Programa Social da COPEL, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 (cem) kWh (kilowatts-hora).*

18–PROJETO DE LEI nº 322/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Acrescenta o inciso V, ao artigo 75 da lei nº15.608 de 16 de agosto de 2007.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 15.608 - 16 de Agosto de 2007 - Súmula: *Estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.*

Seção II

Da Regularidade Fiscal

Art. 75. *A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:*

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

19–PROJETO DE LEI nº 259/12

Autor: Dep. Hermas Brandão Jr.

****Anexo** ao Projeto de Lei nº 359/12 – Dep. Prof. Lemos

Assegura ao cônjuge do consumidor de prestadora de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

20–PROJETO DE LEI nº 382/12

Autor: Dep. Ney Leprevost

Dispõe sobre a inclusão de produtos de higiene bucal na cesta básica do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

21–PROJETO DE LEI nº 409/12

Autor: Dep. Prof. Lemos

Torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

22–PROJETO DE LEI nº 371/12

Autor: Dep. Osmar Bertoldi

Altera os Artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º e suprime os artigos 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052 de 23 de janeiro de 2012 que "Dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná".

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

Análise pág. 44

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 17.052 - 23 de Janeiro de 2012 - Súmula: *Dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.*

Art. 1º. A promoção do esporte de aventura no Estado do Paraná, como atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado, observará o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se esporte de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.

Art. 2º. A prática dos esportes de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

Art. 3º. São requisitos para a promoção do esporte de aventura, nos termos da legislação em vigor:

I - autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

- II - autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;
- III - responsabilização técnica do profissional habilitado pela atividade;
- IV - utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;
- V - acompanhamento das atividades por monitores habilitados;
- VI - prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;
- VII - condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único. Os equipamentos utilizados na prática de esportes de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual ou federal.

Art. 4º. Fica o promotor de esportes de aventura obrigado a:

- I - colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;*
- II - divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.*

Art. 5º. As agências de turismo que operam com esporte de aventura deverão obter licenciamento específico para o exercício da atividade, nos termos desta Lei e de seu regulamento.

Art. 6º. Na prática de esporte de aventura deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 7º. As concessões para o funcionamento das atividades esportivas de que trata esta Lei serão anuais, sendo exigidas, para sua renovação, vistoria do material utilizado e atualização de cadastro dos profissionais envolvidas na atividade.

Art. 8º. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às seguintes sanções, nos termos do regulamento:

- I - multa;*
- II - suspensão temporária da atividade;*
- III - interdição total ou parcial do estabelecimento ou da atividade;*
- IV - cassação da licença do estabelecimento ou da atividade.*

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

23–PROJETO DE LEI nº 335/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Acrescenta o § 4º ao artigo 2º da lei nº 16.239 de 2009

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Análise pág. 45

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 16.239 - 29 de Setembro de 2009 - Súmula: *Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos, conforme especifica e adota outras providências.*

Art. 2º. Fica proibido no território do Estado do Paraná, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça e o uso de cigarro eletrônico.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

24–PROJETO DE LEI nº 353/12

Autor: Dep. Reni Pereira

Dispõe sobre a obrigatoriedade de espaços para cadeiras de roda e de assentos reservados para pessoas com deficiência em Ginásios de esportes e Estádios de Futebol no Estado do Paraná inclusive durante a Copa do Mundo.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

25–PROJETO DE LEI nº 345/12

Autor: Dep. Gilson de Souza

Acrescenta dispositivo à Lei Estadual nº17.179 de 5 de junho de 2012, lei que obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 17.179 - 05 de Junho de 2012 - Súmula: Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

26–PROJETO DE LEI nº 343/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras dos serviços de telefonia, TV por assinatura e concessionárias que exploram o fornecimento de energia e gás sediadas no Estado do Paraná, a veicular nas contas mensais enviadas ao consumidor, fotografias e dados de pessoas desaparecidas.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

27–PROJETO DE LEI nº 407/12

Autor: Dep. Duílio Genari

Concede o título de cidadão benemérito do Paraná ao senhor ARCHIMEDES DE MACEDO.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

28–PROJETO DE LEI nº 406/12

Autor: Dep. Pr. Edson Praczyk

Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o dia da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, a ser celebrado, anualmente, no dia 07 de setembro.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

29–PROJETO DE LEI nº 378/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado do Paraná, e dá outras providências. (2ª Semana do Mês de Junho de cada ano).

RELATOR: DEP. EVANDRO JUNIOR

30–PROJETO DE LEI nº 05/12

Autor: Dep. Ney Leprevost

Institui no calendário oficial do estado do Paraná, o dia do reconhecimento do genocídio armênio, a ser comemorado anualmente na data de 24 de abril.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

31–PROJETO DE LEI nº 394/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Institui a Semana Estadual do Idoso.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

32–PROJETO DE LEI nº 408/12

Autor: Dep. Luciana Rafagnin

Institui o dia 10 de outubro como dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

33–PROJETO DE LEI nº 375/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Institui o dia Estadual do Cooperativismo.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

34–PROJETO DE LEI nº 387/12

Autor: Dep. Dr. Batista

Concede o título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao Senhor CILIOMAR TORTOLA.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH

35–PROJETO DE LEI nº 372/12

Autor: Dep. Stephanes Junior

Altera dispositivos da Lei 13.758/02, que dispõe sobre fogos de artifício no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 13758 - 10 de Setembro de 2002 - Súmula: Dispõe sobre instalação de fábricas de fogos de artifício, bem como sobre a fiscalização e comercialização de seus produtos e adota outras providências.

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIAS

36–PROJETO DE LEI nº 355/12

Autor: Dep. Dr. Batista

Institui nas escolas públicas estaduais o programa Estadual da Prática do SOROBAN.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS COM DILIGÊNCIAS NÃO RESPONDIDAS
NO PRAZO DE 90 DIAS

37–PROJETO DE LEI nº 701/11

Autor: Dep. Cesar Silvestri Filho

Dispõe sobre a aquisição, no âmbito das administrações das unidades prisionais, de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO

38–RECURSO AO PROJETO DE LEI nº 917/11

Autor: Dep. Bernardo Carli

Cria o programa Paraná Igual, que institui ações governamentais de estímulo ao desenvolvimento econômico e social destinado a mesorregião do Estado do Paraná, que apresente o menor IDH - índice de desenvolvimento humano - e dá outras providências.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

39–RECURSO AO PROJETO DE LEI nº 986/11

Autor: Dep. Ney Leprevost

Concede anistia às infrações de fila dupla para embarque/desembarque aos taxistas no âmbito do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

40–RECURSO AO PROJETO DE LEI nº 137/12

Autor: Dep. Prof. Lemos

Dispõe sobre a proibição de uso de recursos públicos no Estado do Paraná para contratação de artista que em suas músicas, danças ou coreografias desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento.

RELATOR: DEP. ELIO RUSCH



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

41–PROJETO DE LEI nº 893/11

Autor: Dep. Evandro Junior

Declara de Utilidade Pública a Escola de Futebol Ibiporã, com sede e foro na Cidade de Ibiporã, estado do Paraná.

RELATOR: DEP. DUILIO GENARI